

A Comunicação Social no Combate à Violência Contra a Mulher¹

Alice Eduarda WILLECKE²

Flávia Caroline da SILVA³

Helena PISKE⁴

Karen Molinari WIPPEL⁵

Sara Beatriz GALVÃO⁶

Gisele Baumgarten ROSUMEK⁷

Gabriel Zuchna MULLER⁸

Centro Universitário Sociesc de Blumenau, Blumenau, SC

RESUMO

O artigo aborda o cenário de violência contra a mulher, tema de relevância e impacto da nossa sociedade. Busca detalhar os cinco tipos de violência doméstica e familiar contra as mulheres: a violência física, psicológica, patrimonial, sexual e moral. Para coleta de dados foram realizadas entrevistas em profundidade e a encenação de uma prática de violência verbal em local público. A partir da análise dos dados sobre a temática foi possível gerar reflexões sobre o papel da comunicação social ao transmitir informações do processo de denúncia e fomentar redes de apoio. Os registros de pesquisa também resultaram em um produto audiovisual.

PALAVRAS-CHAVES: violência contra mulher; violência de gênero; violência doméstica; feminicídio.

1. INTRODUÇÃO

O Brasil é o 5º país que mais mata mulheres, dentre oitenta e três países. As vítimas, em grande maioria, são mortas por seus companheiros ou ex-companheiros. A cada hora no Brasil, 26 mulheres são vítimas de algum tipo de agressão física, é o que

¹ Trabalho apresentado no Intercom Júnior – IJ08 – Estudos Interdisciplinares da Comunicação do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado de 4 a 8 de setembro de 2023.

² Graduada em Publicidade e Propaganda – e-mail: willecke99@gmail.com

³ Graduada em Publicidade e Propaganda – e-mail: fla.silva2507@gmail.com

⁴ Graduada em Publicidade e Propaganda – e-mail: helenaa.piske@gmail.com

⁵ Graduada em Publicidade e Propaganda – e-mail: karenmolinari@gmail.com

⁶ Graduada em Publicidade e Propaganda – e-mail: snucasara78@gmail.com

⁷ Mestre em Design, graduada em Publicidade e Propaganda, professora orientadora do trabalho – e-mail: gisele.baumgarten@unisociesc.com.br

⁸ Mestre em Administração, graduado em Publicidade e Propaganda, professor orientador do trabalho – e-mail: gabriel.muller@unisociesc.com.br

aponta o relatório do 16º Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022, realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (AGENCIA PATRICIA GALVÃO, 2022).

Segundo uma pesquisa realizada pelo DataSenado em parceria com o Observatório da Mulher contra a Violência (SENADO NOTÍCIAS, 2021), 68% das brasileiras conhecem uma ou mais mulheres vítimas de violência doméstica ou familiar, enquanto 27% declaram já ter sofrido algum tipo de agressão por um homem. No estado de Santa Catarina, mais de 170 mulheres denunciam casos de violência doméstica por dia (NSC TOTAL, 2022). E subiu para 300% os casos de feminicídios em janeiro de 2022, se comparado ao mesmo período do ano anterior (ND MAIS, 2022).

Embora o tema se manifeste de forma expressiva em jornais e campanhas orientativas, nota-se que ainda há pouco conhecimento de que a violência moral, a econômica e a sexual são diferentes tipos de violação ao direito da mulher, e que muitas não possuem clareza de que sofrem algum tipo de agressão dentro de casa, ou possuem medo de denunciar. Desta forma, o presente artigo apresenta os resultados de um projeto que visou usar o poder da Comunicação Social para sensibilizar e orientar a respeito da violência contra a mulher e a importância de denunciar nos primeiros indícios de uma agressão. O intuito foi gerar reflexões e transmitir informações do processo de denúncia e redes de apoio na cidade de origem das pesquisadoras, para que as mulheres vítimas de violência tenham o poder de ação antes de se tornarem apenas mais uma estatística.

2. MARCO TEÓRICO

A temática violência contra a mulher abrange diversas vertentes, mas neste artigo foram abordados o contexto histórico e as iniciativas legais que surgiram ao longo dos anos, a fim de identificar as oportunidades de redução da prática de violência, assim como sensibilizar e orientar as vítimas, tendo a comunicação como principal aliada.

Rezende (2022) comenta que a violência contra a mulher é tão antiga quanto a humanidade, tendo origem na atuação desigual das mulheres na sociedade, com diferenças nas relações de poder e papéis sociais, tendo a mulher sido considerada uma propriedade de seu pai e seu cônjuge, fenômeno relacionado ao conceito de patriarcado.

Percebe-se então o quanto a violência contra a mulher tem bases socioculturais, conceitos que passaram a buscar ser modificados nas últimas décadas.

A partir dos anos 2000 foram criadas algumas leis para proteger a população feminina (UNFBA BRAZIL, 2021):

- a) Lei Maria da Penha (11.340/2006): Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher e estabelece medidas de assistência e proteção;
- b) Lei Carolina Dieckmann (12.737/2012): Tornou crime a invasão de aparelhos eletrônicos para obtenção de dados particulares;
- c) Lei do Minuto Seguinte (12.845/2013): Oferece garantias a vítimas de violência sexual, como atendimento imediato pelo SUS, amparo médico, psicológico e social, exames preventivos e informações sobre seus direitos;
- d) Lei Joana Maranhão (12.650/2015): Alterou os prazos quanto à prescrição de crimes de abusos sexuais de crianças e adolescentes. A prescrição passou a valer após a vítima completar 18 anos, e o prazo para denúncia aumentou para 20 anos;
- e) Lei do Feminicídio (13.104/2015): Prevê o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, ou seja, quando crime for praticado contra a mulher por razões da condição de sexo feminino.

Conforme a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), existem cinco tipos de violência doméstica e familiar contra a mulher:

- a) Violência Física: A violência física é a mais óbvia e mais fácil de identificar. Podemos chamar de violência física qualquer ato ou atitude do agressor que ofenda a integridade e a saúde da Mulher, desde empurrões ou puxões de cabelo, até tapas, chutes ou uso de instrumentos, como armas brancas ou de fogo.
- b) Violência Psicológica: É o uso de palavras ou comportamentos que pressionam a vítima emocionalmente, afetando sua autoestima e prejudicando sua capacidade de fazer escolhas. Pode se configurar com chantagem, ameaças, vigilância constante, perseguição no trabalho, etc.
- c) Violência Sexual: O fato da mulher estar casada, ou comprometida, não afasta a hipótese de ser estuprada por seu marido ou namorado, se for contra a sua

vontade. Caracterizam-se como violências de natureza sexual toda ação que constranja a mulher a participar de relação sexual não desejada, seja por meio de ameaça ou força física. Também constitui violência sexual o impedimento de uso de método contraceptivo.

- d) Violência Patrimonial: É o ato de intimidar a mulher por meio de seus bens pessoais. Pode ser qualquer tipo de ação que vise reter ou destruir documentos, cartões de crédito, dificultar o acesso a contas bancárias, controlar o dinheiro de qualquer forma, ou até mesmo impedir a mulher de trabalhar.
- e) Violência Moral: A violência moral acontece quando o agressor calunia e difama a vítima, quando ofende a sua moral junto à comunidade em geral, ou em relação às pessoas mais próximas, denegrindo sua imagem e procurando rebaixar seu valor pessoal.

Segundo Soares (2005, p.23), a violência doméstica, na maioria dos casos, segue uma dinâmica, um ciclo composto por três fases:

- a) A primeira fase é a da tensão, quando o agressor acumula tensões com as quais não sabe lidar e transfere toda a responsabilidade para a vítima, culpando-a por questões simples e irrelevantes.
- b) Já na segunda fase, a partir de um detalhe irrelevante, o agressor perde o controle e conseqüentemente agride a vítima e na seqüência, busca convencê-la de que é culpada pelo comportamento violento.
- c) A última fase do ciclo de violência, é a lua de mel, quando o agressor usa de chantagem emocional para convencê-la de que está arrependido. Nesse momento, ele irá proporcionar bons momentos para que a vítima relembre os pontos positivos da relação. Dessa forma, ele resgata o controle e cria uma falsa esperança de que está mudando. Até que, após algum tempo, retoma as agressões, podendo haver resultados ainda mais graves que as violências anteriores.

3. METODOLOGIA

Sobre os procedimentos metodológicos utilizados para o desenvolvimento do presente artigo foi realizada primeiramente uma pesquisa exploratória, qualitativa, de revisão teórica em dados secundários, para compreender o histórico e atual cenário da violência contra a mulher, assim como a importância da comunicação social na propagação destas informações. Estes dados foram apresentados no tópico anterior, denominado Marco Teórico.

Após a fase de revisão teórica em dados secundários houve a coleta de dados primários. Foram realizadas entrevistas em profundidade, com roteiro semi-estruturado composto por tópicos de assunto, com: (a) uma pessoa que teve experiência pessoal com a violência; (b) representante da delegacia de Blumenau; (c) representante do CREAS - Centro de Referência de Assistência Social; e (d) representante do Instituto Bia Wachholz.

Por fim, foi realizada uma pesquisa quase-experimental (MARTINS E THEÓPHILO, 2007). Este tipo de pesquisa é assim denominado por não contemplar todas as características de um experimento verdadeiro, especialmente o controle de variáveis, ocorrendo quando “não há condições plenas para isolar totalmente possíveis interferências de outras variáveis que não estão sendo consideradas no experimento” (MARTINS E THEÓPHILO, 2007, p. 59). Nesta etapa, uma dupla de atores encenou a prática de uma situação de violência verbal entre uma mulher e um homem em um espaço público, como forma de realizar a observação de como seria o comportamento humano diante da cena. Os dados foram observados de forma não-participante pelas pesquisadoras e registrados em vídeo.

4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Analisando e discutindo os dados coletados em fontes secundárias, nota-se que nos últimos anos, os meios de comunicação têm dado maior visibilidade ao tema por meio de matérias jornalísticas mais aprofundadas, sendo muito comum abordar histórias de mulheres que sofreram violência e acionaram o sistema de justiça, sendo protegidas efetivamente, saindo do ciclo de violência, o que encoraja outras mulheres a procurarem auxílio.

Por outro lado, apesar de o tema ter ocupado certo espaço nas mídias, ainda há mulheres que vivem essa situação em suas casas e que não possuem clareza sobre seus direitos e sobre a forma de denunciar o agressor. Segundo dados da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (EUFRÁSIO, 2019), cerca de 70% das mulheres que foram vítimas de feminicídio, nunca denunciaram a violência. Em razão disso é importante potencializar e esclarecer sobre o tema, para todas as vítimas, e para toda a sociedade que tem o dever de acolher essas mulheres.

Essas considerações foram atestadas nas entrevistas realizadas. Na entrevista com a Delegada coordenadora responsável pela Rede Catarina foram conhecidos os tipos de violências contra a mulher e como funciona o processo de denúncia e apresentação do trabalho da Rede Catarina.

Durante a entrevista, a delegada ressaltou os avanços no combate à violência doméstica em Santa Catarina, como o boletim online e o botão do pânico. Ao citar os números da violência doméstica, a delegada afirma que "temos estudos apontando que trata-se de um dado chamado cifra-negra, pois a violência doméstica sempre aconteceu nas casas, mas agora as mulheres estão denunciando. Então, não necessariamente o aumento de números de denúncia quer dizer que estão aumentando os casos. Tentamos encarar esse dado como uma confiança das mulheres na polícia para ajudar elas a saírem dessa violência." A delegada também abordou a mudança de mentalidade na sociedade, pois antes prevalecia a crença de que em "briga de marido e mulher ninguém mete a colher", mas atualmente esse tipo de comentário já é visto com reprovação. E quando questionada sobre qual seria o caminho da mudança, ela cita: "É a educação. Se queremos mudar uma realidade, precisamos falar em educação."

A entrevista com a psicóloga do CREAS contribuiu trazendo a realidade do setor público e como ele atende às mulheres vítimas da violência.

"O primeiro passo seria o reconhecimento da violência", disse a psicóloga na entrevista. Ela destacou a importância da mulher reconhecer a situação, para que assim, ela consiga tomar uma atitude e verbalizar o ocorrido para alguém de confiança. Nesse sentido, o CREAS desempenha um papel fundamental, oferecendo acompanhamento psicossocial e criando espaços de apoio para mulheres que passaram por experiências similares, construindo um grupo de apoio onde essas mulheres podem trocar

experiências e fortalecer-se mutuamente, sem que sua autonomia seja comprometida, evitando também os julgamentos morais. Ela trouxe bastante sobre a importância da intervenção junto aos homens, enfatizando que: "Trabalhar com os homens para rever suas masculinidades também, para repensar a forma como eles lidam com as relações é muito importante nesse processo." Reconstruir as noções de masculinidade tóxica e promover relações saudáveis é um passo crucial para reduzir a violência, e hoje Blumenau, cidade em que a entrevista foi realizada, tem um papel pioneiro no tratamento dos agressores.

Na entrevista com a responsável pelo Instituto Bia Wachholz ela contou a história do instituto, que foi fundado em agosto de 2018 em Blumenau/Santa Catarina e hoje atende mulheres vítimas da violência. O seu surgimento está diretamente ligado ao feminicídio de Bianca Wachholz ocorrido no dia 25 de julho de 2018.

A responsável pelo Instituto Bia Wachholz iniciou destacando que "A Bia era uma pessoa nova, se dedicava em tudo que fazia e ela não se enxergou naquele relacionamento abusivo. Eu também não enxerguei. A gente via sinais, mas como fomos criadas dessa forma, nossa cultura nos criou de uma forma que nos habituamos com certos atos masculinos, a gente achava que tudo aquilo era normal, mas não era." Ao presenciar esse processo em uma jovem tão talentosa e privilegiada, a responsável pelo Instituto destacou sobre a dificuldade que outras mulheres enfrentam quando não possuem o mesmo suporte emocional e financeiro. Antes do trágico feminicídio, Bia tinha planos de criar um movimento para ajudar outras mulheres em situações semelhantes à sua. Infelizmente, o tempo não permitiu que isso acontecesse. Em homenagem a sua amiga, a fundadora do Instituto iniciou sua criação, visando apoiar mulheres em Blumenau. Ela enfatizou que a falta de independência financeira é um dos principais motivos que impedem muitas mulheres de saírem de relacionamentos abusivos. Portanto, o Instituto concentra esforços em auxiliar essas mulheres a conquistarem essa independência, proporcionando-lhes uma chance de recomeçar.

Por fim, a fundadora também trouxe que para elas, hoje, uma missão cumprida é "quando uma mulher fala: venci um relacionamento abusivo e ajudo outras mulheres a vencer seus relacionamentos abusivos também."

Para conhecer efetivamente a realidade da temática, a última entrevista foi realizada com uma senhora que sofreu 30 anos de violência doméstica, essa que era feita pelo seu ex-marido. Ela contou como atualmente usa a sua voz, sempre que possível, para levar a outras mulheres que a vida é muito mais que a violência e que nenhuma pessoa merece passar por isso.

A senhora, vítima de violência, revelou que enfrentou não apenas violência física, mas também psicológica e moral. Passar por essa situação foi ainda mais difícil, pois a família do marido não a apoiava, culpando-a pelo que acontecia. Em seu relato, a vítima expressou a triste realidade de muitas mulheres que sofrem com a esperança ilusória de que o agressor irá mudar. Ela confessou: "Você sempre fica esperando o dia que ele vai mudar. Mas não muda." Essa falsa esperança pode prender as vítimas em relacionamentos abusivos, mantendo-as presas em ciclos de violência. "O que dói mais, não é um tapa. O tapa dói, mas ele passa. O que dói e o que fica são as humilhações, porque batem lá na alma", ressaltou.

Ela compartilhou a importância de encontrar sua força interior para superar as humilhações e que o apoio de outras mulheres foi fundamental: "O maior apoio que elas me deram, foi a coragem de sair dessa vida que eu vivia." Ao final da entrevista, foi solicitado que ela se definisse em uma palavra, e ela escolheu "vitoriosa".

Por seu turno, o experimento foi realizado com dois atores, um homem e uma mulher representando um casal, em uma briga com violência verbal, na praça de alimentação de um shopping center. A briga durou muitos minutos e foi aumentando em nível de agressividade. Observou-se que, durante todo o tempo da encenação, houve observadores comentando a situação, porém ninguém se envolveu para separar a violência moral que ocorria entre o homem e a mulher.



Após finalizada a encenação, as pesquisadoras explicaram para os presentes que se tratava de um experimento. As pessoas que estavam observando a situação relataram que, se houvesse violência física, aí sim eles iriam tomar uma atitude diante a situação.

Portanto, com o experimento foi possível inferir que ainda há o pensamento de que a violência é apenas a física e quando acontece uma discussão verbal, o ditado “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher” é prevalecido.

Por fim, os registros realizados em audiovisual deste trabalho de pesquisa foram tratados, editados e resultaram em um documentário chamado Seja A Colher, disponível em: bit.ly/sejaacolher

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a pesquisa realizada, considera-se que foi possível o melhor entendimento sobre a temática e sua importância, bem como o papel da Comunicação Social nesse processo informativo e educativo. Observou-se que para combater a violência é preciso incentivar as mulheres a denunciarem aos órgãos públicos e orientar que os homens busquem apoio em grupos reflexivos ou psicólogos para encerrar esse ciclo de agressor. Além disso, a prevenção está na educação, com meninos e meninas entendendo sobre seus papéis de respeito mútuo e os diferentes tipos de violência para que seja possível reconhecer e distingui-las.

O produto audiovisual gerado a partir das entrevistas e encenação foi exibido em um evento no auditório do centro universitário. Também foi encaminhado para a delegada entrevistada, que solicitou para passar nas TVs dos órgãos do comitê de combate a violência sexual, para que seja assistido enquanto as mulheres aguardam o atendimento psicológico. Também foi divulgado em redes sociais por diversas pessoas. Entre elas, um professor cuja aluna da faculdade entrou em contato após ver o conteúdo compartilhado, pois a mesma acredita estar num ciclo de relacionamento abusivo e ver sobre a temática a fez repensar sobre isto. Com estes resultados fica evidenciado o poder da comunicação social auxiliando a falar mais sobre a temática em nossa sociedade.

REFERÊNCIAS

AGENCIA PATRICIA GALVÃO. **A cada hora, 26 mulheres sofrem agressão física no país.** 2022. Disponível em:

<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia-em-dados/a-cada-hora-26-mulheres-sofre-m-agressao-fisica-no-pais/>. Acesso em: 26 ago. 2022.

ALEPA. **CFFO e CCJ aprovam projeto que proíbe contrato de agressores de mulheres.** 2022. Disponível em:

<https://www.alepa.pa.gov.br/noticia/8577/#:~:text=Segundo%20a%20pesquisa%20de%20opini%C3%A3o,feminino%20durante%20o%20ano%20passado>. Acesso em: 08 set. 2022

CNMP. **Brasil ocupa o 7º lugar no ranking de assassinatos de mulheres no mundo.** 2014. Disponível em: <https://www.cnmp.mp.br/portal/todas-as-noticias/232-direitos-fundamentais/6556-brasil-ocupa-o-7-lugar-no-ranking-de-assassinatos-de-mulheres-no-mundo>. Acesso em: 01 dez. 2022

EUFRÁSIO, Jéssica. **Em 70% dos feminicídios, vítimas não denunciam agressões anteriores.** Correio Braziliense, 2019. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2019/09/01/interna_cidadesdf.780149/em-70-dos-femicidios-vitima-sofreu-violencia-antes.shtml. Acesso em: 7 out. 2022.

G1 GLOBO. **Femicídios dobram em 2022 em SC e média de idade das vítimas é de 36 anos; veja perfil das mulheres.** 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/g1-santacatarina-10-anos/noticia/2022/07/14/femicidios-dobram-em-2022-em-sc-e-media-de-idade-das-vitimas-e-de-36-anos-veja-perfil-das-mulheres.ghtml>. Acesso em 08 set. 2022.

G1 GLOBO. **27% das mulheres de 15 a 49 anos sofreram violência doméstica durante a vida, diz estudo da 'The Lancet'.** 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/saude/noticia/2022/02/16/27percent-das-mulheres-de-15-a-49-anos-sofreram-m-violencia-domestica-durante-a-vida-diz-estudo-da-the-lancet.ghtml>. Acesso em: 01 dez. 2022

GC MAIS. **70% das mulheres vítimas de feminicídio nunca denunciaram agressões. 2020.** Disponível em: <https://gcmais.com.br/noticias/2020/11/26/70-das-mulheres-vitimas-de-femicidio-nunca-denunciaram-agressoes/>. Acesso em: 7 out. 2022.

JEFFREYS, Sheila. **Gender hurts: a feminist analysis of the politics of transgenderism.** Londres: Routledge, 2014.

MAIS GAZETA. **Violência doméstica é pandemia dentro da pandemia.** 2021. Disponível em: <https://maisgazeta.com/violencia-domestica-e-pandemia-dentro-da-pandemia/>. Acesso em: 7 out. 2022.

MARTINS, Gilberto de Andrade. THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas.** São Paulo: Atlas, 2007.

NDMAIS. **Femicídios em SC sobem 300% em janeiro de 2022 se comparado ao mesmo período de 2021.** Disponível em: <https://ndmais.com.br/seguranca/femicidios-em-sc-sobem-300-em-janeiro-de-2022-se-comparado-ao-mesmo-periodo-de-2021/>. Acesso em: 26 ago. 2022.

NSC TOTAL. **Mais de 170 mulheres denunciam casos de violência doméstica por dia em SC.** Disponível em: <https://www.nscotal.com.br/noticias/mais-de-170-mulheres-denunciam-casos-de-violencia-domestica-por-dia-em-sc> . Acesso em: 26 ago. 2022

PINTO, Tales dos Santos. **As mulheres na história.** Mundo Educação. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiageral/as-mulheres-na-historia.htm>. Acesso em: 18 out. 2022.

REZENDE, Milka de Oliveira. **Violência contra a mulher**. Brasil Escola, 2022. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/sociologia/violencia-contra-a-mulher.htm>. Acesso em: 7 out. 2022.

SENADO NOTÍCIAS. **Violência contra a mulher aumentou no último ano, revela pesquisa do DataSenado**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/12/09/violencia-contra-a-mulher-aumentou-no-ultimo-ano-revela-pesquisa-do-datasenado>. Acesso em: 26 ago. 2022.

SOARES, Bárbara M. **Enfrentando a violência contra a mulher-orientações práticas para profissionais e voluntários**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres, 2005.

UNFPA BRAZIL. **Conheça as leis e os serviços que protegem mulheres vítimas de violência de gênero**. 2021. Disponível em: <https://brazil.unfpa.org/pt-br/news/conheca-leis-e-os-servicos-que-protegem-mulheres-vitimas-d-e-violencia-de-genero>. Acesso em: 18 out. 2022.